

PROJETOS QUE DISCUTEM O FINANCIAMENTO DO PL 2564/2020 (PISO DA ENFERMAGEM) EM TRAMITAÇÃO

PEC 11/2022 – senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) - Institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152936>

Entenda a Proposta: A proposta institui pisos salariais a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Segundo a matéria, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, elaborarão ou adequarão os respectivos planos de carreiras de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.

Tramitação: Aguardando apreciação pelo Senado Federal. Até o momento foi apresentada uma [emenda](#) pelo senador Giordano (MDB-SP).

PL 1272/2022 (PLP 205/2021)

Autora: deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e outros

Ementa: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir segmentos do setor de saúde na possibilidade de contribuir sobre o valor da receita bruta em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212 de 24, de 24 de julho de 1991.

Entenda a Proposta: O Projeto inclui a saúde entre os setores econômicos beneficiados pela desoneração da folha de pagamento.

Tramitação: A matéria foi despachada para as Comissões de Seguridade Social e Família (CCSF), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Vale ressaltar que o projeto tem REQ de urgência pronto para ser votado em Plenário. Caso aprovado o REQ, a matéria pode entrar a qualquer momento para análise do Plenário.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2323423&ord=1>

PL 1241/2022

Autor: deputado Célio Studart (PSD-CE)

Ementa: Prevê a utilização de recursos oriundos dos royalties de exploração de petróleo para a implementação do piso salarial nacional da Enfermagem.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2323048>

Tramitação: Aguardando designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PL 475/2022

Autores: deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e Dra. Soraya Manato (PTB-ES)

Ementa: Propõe que nos anos em que não houver eleições gerais nem eleições municipais, fique autorizada a transferência para as Ações de Serviços Públicos de Saúde do Fundo Nacional de Saúde para o Custeio do Piso Salarial Nacional da Enfermagem do montante equivalente ao destinado no ano imediatamente anterior ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2317400>

Tramitação: Tramita apensado ao PL 2288/2019. O Projeto está pronto para votação em Plenário.

PL 442/1991

Autor: ex-deputado Renato Vianna (MDB-SC)

Ementa: Revoga os dispositivos legais que menciona, referentes à prática do “jogo do bicho”

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15460>

Nova Ementa de Redação: Dispõe sobre a exploração e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, e revoga o decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)

Tramitação: Aguardando despacho no Senado Federal.

PL 840/2022

Autor: deputado Diego Andrade (PSD-MG)

Ementa: Altera a lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que disciplinam a compensação financeira pela exploração de recursos minerais

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2319339&fichaAmigavel=não>

Entenda a Proposta: O Projeto de Lei 840/22 aumenta as alíquotas da Compensação Financeira pelos Recursos Minerais (CFEM) sobre sete itens destinados à exploração: alumínio, bauxita, cobre, ferro, nióbio, níquel e ouro. As receitas extras serão destinadas aos serviços de saúde dos municípios (15%), dos estados (30%) e da União (55%)

Tramitação: Aguardando parecer da relatora, deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), na Comissão de Minas e Energia (CME).

PL 474/2022

Autor: deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC)

Ementa: Altera os Decretos –lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2317399&fichaAmigavel=não>

Entenda a Proposta: O projeto de Lei 474/22 determina que as contribuições ao chamado Sistema S não incidirão sobre os hospitais e demais estabelecimentos que forneçam serviços de saúde.

Tramitação: Aguardando parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).